



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Recurso Ordinário Trabalhista 0011552-13.2020.5.15.0003

Relator: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 22/02/2022

Valor da causa: R\$ 5.092,13

Partes:

RECORRENTE: --

ADVOGADO: JULIANA MACHADO DIAS BRASIL

ADVOGADO: JULIANA VENDRAMINI DOS SANTOS

ADVOGADO: MARCELO SAUD DOS SANTOS

ADVOGADO: JULIANA COLOMBELLI PACCA

RECORRENTE: --

ADVOGADO: ADRIANO ALVES DA MOTA

RECORRIDO: --

ADVOGADO: MARCELO SAUD DOS SANTOS

ADVOGADO: JULIANA MACHADO DIAS BRASIL

ADVOGADO: JULIANA VENDRAMINI DOS SANTOS

ADVOGADO: JULIANA COLOMBELLI PACCA

RECORRIDO: --



PAGINA_CAPA_PROCESSO_PJEADVOGADO: ADRIANO ALVES DA MOTA
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO nº 0011552-13.2020.5.15.0003 (ROT)

RECORRENTE: --

RECORRIDO: --

RELATOR: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO

G.D.JAAM./aclsd

Inconformadas com a r. sentença de id nº 22bf3c0, proferida pela MM. Juíza Dra. Candy Florencio Thomé, recorrem as partes, com as razões de id nº. 9c91583 e 7a4b7f8.

O Sindicato requerente alega, em resumo, que a requerida deve ser condenada ao repasse/recolhimento dos pagamentos do benefício da assistência odontológica no valor integral indicado na exordial, em conformidade com as cláusulas normativas. Entende devida a contribuição negocial, bem como as multas normativas.

A requerida alega, em resumo, deva ser afastado da condenação o pagamento mensal referente à despesa para manutenção do benefício da assistência odontológica. Requer a reversão da condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.

Contrarrazões de id nº. 2c9dfde e 22d985a.

Não houve remessa à D. Procuradoria, em vista de dispositivo do Regimento Interno deste E. TRT.

É O RELATÓRIO.

ID. b1a3f32 - Pág. 1

VOTO

Conheço dos recursos porque preenchidos os pressupostos de

Assinado eletronicamente por: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO - 15/07/2022 16:01:39 - b1a3f32
<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22040408501829700000080866784>
Número do processo: 0011552-13.2020.5.15.0003
Número do documento: 22040408501829700000080866784



admissibilidade.

RECURSO DAS PARTES.

MÉRITO.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.

A Requerida insurge-se contra a sentença que a condenou a efetuar o recolhimento da contribuição para o custeio da assistência odontológica conforme estabelecido na Cláusula 26ª das Convenções Coletivas da categoria.

Já o sindicato postula a condenação da empresa ao repasse/recolhimento dos benefícios da assistência odontológica no valor integral indicado, em conformidade com as cláusulas normativas.

Razão assiste à requerida.

A requerida aduz, em síntese, que o sindicato jamais prestou qualquer tipo de serviço odontológico aos seus empregados. Ademais, argumenta que não existem na reclamada empregados sindicalizados, sendo vedada a cobrança compulsória de contribuição ao trabalhador não filiado, nos termos da Súmula Vinculante nº 40 do STF, sob pena de violação ao princípio da liberdade de sindicalização e da livre associação, previstos nos artigos 5º, inciso XX e 8º, inciso V, da Constituição Federal.

Por fim, argumenta que forneceu plano odontológico aos seus empregados, restando assim atingido o fim social da norma coletiva.

ID. b1a3f32 - Pág. 2

A questão ora em discussão já foi decidida por esta E. Corte em processo



semelhante (Processo nº. 0001186-53.2011.5.15.0059, da lavra da Exma. Desembargadora Dra. Eleonora Bordini Coca, publicado em 16/05/2014), que peço vênica para transcrever e utilizar como fundamentos:

"1.3 - Assistência odontológica

A reclamada não concorda com a condenação imposta na origem, que determinou o cumprimento da cláusula convencional relativa à prestação de assistência odontológica. Sustenta que houve o cumprimento espontâneo da norma a partir de 2010, indicando os documentos de fls. 251/300.

Aqui, o Juízo originário entendeu que a reclamada também descumpriu a obrigação de 2008 a 2009 e juntou apenas o equivalente a 09 meses de 2010, motivo pelo qual considero que ocorreu descumprimento da cláusula em comento (fl. 460v).

Analiso.

A cláusula em questão, a exemplo a de nº 23, às fls. 36/37, está assim redigida:

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

O SINDEEPRES atenderá ou firmará convênios para atendimento odontológico, exceto prótese, a todos os funcionários, cabendo às empresas a responsabilidade de fornecer todos os meses a listagem de todos os empregados e sua constante manutenção.

Parágrafo 1º - Para a manutenção deste benefício, as empresas pagarão ao SINDEEPRES o valor mensal de R\$13,00 (treze reais) por trabalhador, através de guias próprias, podendo ser descontado do mesmo o valor máximo de R\$ 3,00 (três reais).

Parágrafo 2º - Devido ao seu caráter social, a contribuição de que trata esta cláusula é obrigatória e devida inclusive pelas empresas que fornecem assistência odontológica a seus trabalhadores.

Parágrafo 3º - O Sindeepres priorizá o atendimento odontológico nas demais localidades onde não possuam Subsedes, mediante atendimento odontológico móvel e / ou firmará convênios odontológicos para esse fim. (grifos acrescidos)

Como se vê, a cláusula impõe contribuição patronal e profissional para subsidiar a disponibilização de assistência odontológica pelo Sindicato-autor. Destaco, ainda, que o desconto salarial do empregado, na forma da previsão normativa, independe da associação do trabalhador.

Considerando o teor da cláusula, certa é que sua natureza é idêntica a da contribuição assistencial. Esta, nos termos do artigo 513, alínea e, da CLT, tem por escopo o custeio de gastos do Sindicato com a categoria representada. E é esse, exatamente, o escopo da cláusula em comento, motivo pelo qual a obrigatoriedade de pagamento deve se restringir aos empregados associados.

Pertinentes, neste tópico recursal, os mesmos argumentos lançados no primeiro item do presente, o que evidencia a improcedência do pleito, pois não comprovada a associação dos empregados da reclamada antes de 2010.

Como se não bastasse, a estipulação de valor custeado pelas empresas não se coaduna com a necessária independência dos Sindicatos profissionais na defesa da categoria profissional. Sobre o tema, destaco o teor do artigo 2º da Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho:

Art. 2 - 1. As organizações de trabalhadores e de empregadores deverão gozar de proteção adequada contra quaisquer atos de ingerência de umas e outras, quer diretamente quer por meio de seus agentes ou membros, em sua formação, funcionamento e administração.

2. Serão particularmente identificados a atos de ingerência, nos termos do presente artigo, medidas destinadas a provocar a criação de organizações de trabalhadores



dominadas por um empregador ou uma organização de empregadores, ou a manter organizações de trabalhadores por outros meios financeiros, com o fim de colocar essas organizações sob o controle de um empregador ou de uma organização de empregadores. (grifos acrescidos)

A regra é incompatível com a necessária independência do Sindicato profissional. Da mesma forma este C. Tribunal já se pronunciou:

TAXA NEGOCIAL A SER PAGA POR EMPREGADOR- NULIDADE DE PREVISÃO EM NORMA COLETIVA- *Todas as receitas sindicais são, em relação aos sindicatos profissionais, suportadas pelos trabalhadores, beneficiários das atividades institucionais e negociais das entidades sindicais. E isso acontece justamente como forma de garantir a ampla e livre atuação das entidades sindicais, que dessa forma não estão submetidas ao poderio econômico das empresas. (Decisão nº 007017/2007-PATR do Processo 0100600-27.2005.5.15.0126. Relatora: Juíza Regina Dirce Gago de Faria Monegatto, grifos acrescidos).*

No mesmo sentido, cito o posicionamento do C. TST:

RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO COLETIVO. RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. COLABORAÇÃO COM O SINDICATO. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL CUSTEADA PELA EMPRESA. *Para a regular defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, afigura-se inafastável a independência do sindicato profissional. Significa dizer que não se recomenda o recebimento de valores das empresas, para efeitos de sua sustentação econômicofinanceira e, por conseguinte, para viabilizar sua atividade sindical. Tal interferência comprometeria, por certo, a liberdade de atuação do sindicato profissional no que tange aos interesses dos empregados por ele representados. Incidência do art. 8º, III, da Constituição Federal e da Convenção 98 da OIT. Precedentes. Recurso Ordinário do Ministério Público do Trabalho a que se dá provimento para indeferir as cláusulas 4ª - COLABORAÇÃO e 43ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. (RO - 122-24.2011.5.03.0000, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, Data de Julgamento: 11/12/2012, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Data de Publicação: DEJT 15/02/2013)*

Logo, provejo o apelo neste item, para afastar a condenação relativa ao convênio odontológico e correspondente multa normativa."

A taxa em discussão, portanto, é inexigível.

Nesse mesmo sentido o decidido no processo nº. 0011232-

62.2018.5.15.0122 da lavra do Exmo. Desembargador Dr. Ricardo Antonio de Plato, que transcrevo:

"Conforme se vê a f. 2 a presente ação foi proposta sob o título de "ação declaratória anulatória de dívida advinda de cláusula de convenção coletiva do trabalho, anulatória de cláusula de convenção coletiva de trabalho c/c consignação do pagamento do valor exigidos e pedido de tutela de urgência". Ocorre que, além de postular a "nulidade" da cláusula normativa que estabeleceu a contribuição patronal, a autora ainda pugnou por declaração de "inexistência de dívida" (f. 12).

Então, conquanto seja indiscutível a competência funcional deste TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO para a anulação de cláusula de Convenção ou Acordo Coletivo do Trabalho, o mesmo não se pode dizer da cobrança em si. Esta discussão não guarda contorno coletivo, mas individual, sendo que a validade da disposição normativa sob comento será necessariamente feita em caráter incidental.

Afasto em parte a extinção do processo sem resolução do mérito e passo à análise da controvérsia propriamente dita conforme disposto no art. 1.013, § 3º, I do CPC.

Assinado eletronicamente por: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO - 15/07/2022 16:01:39 - b1a3f32

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22040408501829700000080866784>
Número do processo: 0011552-13.2020.5.15.0003

Número do documento: 22040408501829700000080866784



Segundo a cláusula normativa questionada os valores recolhidos pelas empresas a título de "Taxa para fundo de inclusão social" a ser revertida para o Sindicato réu teria como

ID. b1a3f32 - Pág. 4

objetivo "promover a realização de cursos, pesquisas, estudos e incentivo aos trabalhadores, observada a função social do contrato de trabalho" (cláusula 10ª de f. 3738).

Mas tais funções não podem ser repassadas ao ente patronal, sendo pertinente aqui, transcrever o que dispõe a respeito a CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO:

Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos :

- a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos á atividade ou profissão exercida;*
- b) celebrar contratos coletivos de trabalho;*
- c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;*
- d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;*
- e) impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas.*

Parágrafo Único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, a prerrogativa de fundar e manter agências de colocação.

Art. 514. São deveres dos sindicatos :

- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social;*
- b) manter serviços de assistência judiciária para os associados;*
- c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho.*
- d) sempre que possível, e de acordo com as suas possibilidades, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social com as atribuições específicas de promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na Classe.*

Parágrafo único. Os sindicatos de empregados terão, outrossim, o dever de :

- a) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito;*
- b) fundar e manter escolas de alfabetização e pré vocacionais.*

Vide, ademais, o que sinaliza a jurisprudência do C. TST:

(...)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVENÇÃO COLETIVA. TAXA DE INCLUSÃO SOCIAL DEVIDA PELO SINDICATO REPRESENTANTE DA CATEGORIA ECONÔMICA EM FAVOR DA ENTIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROFISSIONAL. PRINCÍPIO DA NÃO INGERÊNCIA PATRONAL NAS ATIVIDADES DO SINDICATO PROFISSIONAL. 1. O princípio da não ingerência das organizações patronais nas

Assinado eletronicamente por: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO - 15/07/2022 16:01:39 - b1a3f32

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22040408501829700000080866784>

Número do processo: 0011552-13.2020.5.15.0003

Número do documento: 22040408501829700000080866784



organizações dos empregados é previsto no artigo 2º, da Convenção n.º 98 da Organização Internacional do Trabalho, devidamente ratificada pelo Brasil em 18/11/1952, que dispõe acerca do direito de sindicalização e de negociação coletiva. 2. Afigura-se inválida, pois, cláusula normativa que prevê contribuição em favor do sindicato profissional a ser paga pelas empresas, porquanto o custeio das suas atividades está diretamente relacionado com a organização, funcionamento e administração do ente sindical. Tal estipulação viola o princípio da não ingerência, erigido no referido instrumento internacional. Assim sendo, não é a decisão recorrida que está em desarmonia com o princípio da liberdade sindical e negocial dos entes coletivos, nos termos previstos nos artigos 7º, inciso XXVI, e 8º, da Constituição da República, mas a própria convenção coletiva que, na contramão da história e da ordem jurídico-constitucional, pretende repassar ao empregador custeio da atividade sindical,

ID. b1a3f32 - Pág. 5

com óbvio comprometimento da efetividade da ação do ente classista profissional. Precedentes. Agravo de instrumento desprovido. (TST - AIRR nº 246043.2011.5.02.0373, 1ª Turma, Relator Desembargador Convocado ALEXANDRE TEIXEIRA DE FREITAS BASTOS CUNHA, DEJT 05/09/2014)

E no âmbito desta E. CORTE:

CONTRIBUIÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA CUSTEADA POR EMPREGADOS E EMPREGADOR. CONVENÇÃO COLETIVA. LIBERDADE DE SINDICALIZAÇÃO (ART. 8º, V, DA CF) E INDEPENDÊNCIA DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS (CONVENÇÃO Nº 98 DA OIT).

1. A cláusula normativa que obriga empregados não sindicalizados ao pagamento de taxa para assistência odontológica fere o princípio da liberdade de sindicalização, insculpido no artigo 8º, V, da Constituição Federal, com interpretação dada pelo Precedente Normativo nº 119 e OJ nº 17 da SDC do C. Tribunal Superior do Trabalho. 2. A imposição de pagamento, pelo empregador, de taxa para assistência odontológica dos empregados esbarra na necessária independência dos sindicatos profissionais (artigo 2º da Convenção nº 98 da Organização Internacional do Trabalho). (RO 0001186-53.2011.5.15.0059 - 2ª TURMA - 4ª CÂMARA, Rel. Des. ELEONORA BORDINI COCA, DEJT 16/05/2014)

Reformo a r. sentença recorrida e declaro inexigível a "TAXA PARA FUNDO DE INCLUSÃO SOCIAL" prevista na cláusula 10º do termo aditivo da Convenção Coletiva de Trabalho de f. 37-38."

Desse modo dou provimento ao recurso da requerida para afastar da condenação o pagamento referente à assistência odontológica prevista na cláusula 26ª, §1º da CCT (ou cláusulas correlatas nos demais anos) e a correspondente multa normativa (cláusula 73 ou correlatas nos demais anos).

Resta assim prejudicado o recurso do requerente sobre o tema.

RECURSO DO REQUERENTE.



MÉRITO.**CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL.**

Insiste o sindicato autor na condenação da reclamada ao pagamento da contribuição negocial.

ID. b1a3f32 - Pág. 6

Razão não lhe assiste.

Desde logo, vale ponderar que as contribuições, previstas em norma coletiva, possuem natureza contratual, como ensinam Wilson de Souza Campos Batalha e Sílvia Marina Labate Batalha, em sua obra "Sindicatos e Sindicalismo":

A contribuição assistencial é normalmente estabelecida em convenções coletivas ou em sentenças normativas para fins educativos, para fins assistenciais, colônias de férias, ambulatórios, hospitais e obras semelhantes. (obra citada, Editora Ltr, 2º edição, ano 1994, pág.134).

Importa considerar que o sistema sindical adotado pelo legislador constituinte não acolheu o princípio da sindicalização obrigatória, mas expressamente optou pelo regime da liberdade sindical, dispondo a Constituição Federal em seu artigo 8º, inciso V, que "ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato".

De outra sorte, cabe salientar que a lei não faculta à entidade sindical instituir contribuição generalizada para todos os trabalhadores, sem quaisquer limites ou restrições, já que tal poder suplantaria até mesmo o poder conferido ao Estado para instituir tributos, como entendeu o E. STF em acórdão referente à contribuição confederativa.

A contribuição confederativa prevista no art. 8º, IV, da CF ("IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da

Assinado eletronicamente por: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO - 15/07/2022 16:01:39 - b1a3f32

<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22040408501829700000080866784>

Número do processo: 0011552-13.2020.5.15.0003

Número do documento: 22040408501829700000080866784



contribuição prevista em lei;") distingue-se da contribuição sindical por não possuir natureza tributária (art. 149, CF: "Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas...") e, portanto, não tem caráter compulsório para os trabalhadores não filiados ao sindicato. Com base nesse entendimento, a Turma não conheceu de recursos extraordinários interpostos por diversos sindicatos que pretendiam cobrar a referida contribuição federativa de todos os membros das respectivas categorias. RREE 198.092SP, 170439-MG, 193972-SP, rel. Min. Carlos Velloso, 27.08.96.

Na hipótese, vale ponderar que frente à limitação imposta pelo art. 149 da Carta Política, compete somente a União, por via legislativa, instituir contribuições sociais e de interesse das categorias profissionais e econômicas, de natureza jurídica tributária, motivo pelo qual a autorização conferida aos Sindicatos para instituírem contribuições confederativas e assistenciais, por óbvio, como entendeu aquela Corte Suprema deve ser restrita aos associados.

ID. b1a3f32 - Pág. 7

Vale também considerar que o TST, acompanhando a orientação jurisprudencial adotada pelo Supremo Tribunal Federal, editou o Precedente Normativo n.º 119, adiante reproduzido:

Nº 119 CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS - INOBSERVÂNCIA DE PRECEITOS CONSTITUCIONAIS - (nova redação dada pela SDC em sessão de 02.06.1998 homologação Res. 82/1998, DJ 20.08.1998

"A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados".

Assim, não possuindo o amplo caráter compulsório, pois ausente sua natureza tributária, as contribuições em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie somente podem ser consideradas compulsórias para os associados da entidade sindical, garantido, porém, o direito de oposição, como se manifesta a jurisprudência uniforme do TST.

No mesmo sentido vem decidindo o Colendo Superior Tribunal de



Justiça, conforme aresto a seguir transcrito:

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL - NATUREZA CONVENCIONAL - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 513, E, DA CLT. - A denominada contribuição assistencial tem natureza eminentemente convencional, posto não prescindir, para sua exigibilidade, do expresso assentimento dos associados ao sindicato, alcançando apenas estes, não se estendendo a todos quantos integram a categoria econômica ou profissional. Os não-filiados estão desobrigados no que atina às deliberações das assembleias sindicais, inclusive quanto à contribuição assistencial, pois em relação a eles trata-se de res inter alios acta. Recurso improvido por unanimidade.

(STJ- REsp 69.124-SP, 1ª T. - Rel. Min. Demócrito Reinaldo - DJU 01.07.96) - "in" Revista Síntese Trabalhista n.º 87 - set/96, pág. 33 - (grifos nossos).

Por fim, recente pronunciamento do E. STF, com efeito vinculante, disciplina que o desconto de contribuições somente pode alcançar os empregados filiados ao sindicato respectivo, em respeito ao direito de livre associação, como previsto nos artigos 5º, XX e 8º, V, ambos da Constituição Federal.

Nesse sentido o entendimento expresso na Súmula Vinculante nº 40 do STF, do seguinte teor:

"A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição Federal, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo."

ID. b1a3f32 - Pág. 8

Portanto, frente à decisão vinculante do E. STF, não merece reparos a r. decisão recorrida.

MULTAS NORMATIVAS.

Não restando demonstrado o descumprimento das cláusulas normativas, não há que se falar em aplicação de multa.

Nego provimento.

RECURSO DA REQUERIDA.



MÉRITO.**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.**

Diante da reversão da sucumbência, dou provimento ao apelo para afastar da condenação da requerida o pagamento de honorários sucumbenciais.

Por outro lado, fica mantida a r. sentença que condenou o sindicato ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, no importe de 5%, os quais deverão ser calculados sobre o valor dos pleitos julgados improcedentes, dos quais fica isento do pagamento, diante dos benefícios da gratuidade.

Dispositivo

Por tais fundamentos, decide-se **conhecer** dos recursos e, no mérito, negar provimento ao recurso do sindicato autor e **dar parcial provimento** ao recurso da requerida para afastar da condenação o pagamento referente à assistência odontológica prevista na cláusula 26^a, §1º da CCT (ou cláusulas correlatas nos demais anos) e a correspondente multa normativa (cláusula 73 ou correlatas nos demais anos), bem como o pagamento dos honorários advocatícios, julgando, por consequência, **improcedente** a presente ação, nos termos da fundamentação, integrante deste dispositivo.

Custas pelo reclamante, no importe de R\$ 101,84, calculadas sobre o valor dado à causa (R\$ 5.092,13), das quais fica isento, nos termos da lei.

ID. b1a3f32 - Pág. 9

Sessão de julgamento extraordinária virtual realizada em 14 de julho de 2022, conforme previsão do inciso III, § 5º do art. 3º da Resolução Administrativa nº 020/2019 deste E.TRT.

Composição: Exmos. Srs. Desembargadores João Alberto Alves Machado (Relator), Edison dos Santos Pelegrini (Presidente) e Ricardo Regis Laraia.

Ministério Público do Trabalho: Exmo(a) Sr (a). Procurador (a) Ciente.

Acordam os magistrados da 10ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em julgar o processo nos termos do voto proposto pelo(a) Exmo(a) Sr(a) Relator(a).

Votação unânime.



JOAO ALBERTO ALVES MACHADO
Relator

Votos Revisores

ID. b1a3f32 - Pág. 10

Assinado eletronicamente por: JOAO ALBERTO ALVES MACHADO - 15/07/2022 16:01:39 - b1a3f32
<https://pje.trt15.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22040408501829700000080866784>
Número do processo: 0011552-13.2020.5.15.0003
Número do documento: 22040408501829700000080866784

